

# CACS-FUNDEB

Rio Claro

Rio Claro, 20 de junho de 2017.

Ofício CACS FUNDEB nº 038/2017.

Assunto: Publicação do texto da Audiência Pública e da indicação e eleição dos novos conselheiros no Diário Oficial

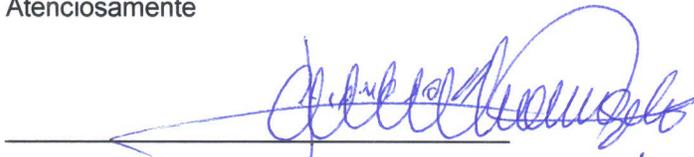
Ao Sr. Profº Drº Adriano Moreira  
Secretário Municipal da Educação.

O CACS FUNDEB vem solicitar a publicação do texto da Audiência Pública e da indicação e eleição dos novos conselheiros do no Diário Oficial.

Segue texto da Audiência Pública e a composição do novo Conselho em anexo.

Agradecemos desde o presente momento.

Atenciosamente



Rosemeire Marques Ribeiro Archangelo  
Presidente do CACS FUNDEB

**Observação:** todas as informações solicitadas por este Conselho devem ser prestadas no prazo da Lei conforme Inciso XXXIII do Artigo 5º. da Constituição Federal/1988 e suas alterações.

Recebi em 21/06/17  
Neli  
Neli Vieira  
RG: 2.001.005-1  
Protocolo S.M.E

## RELATÓRIO DAS AÇÕES DO CACS-FUNDEB PERÍODO DE JULHO/2015 - DEZEMBRO/2016

Considerando que o CACS-FUNDEB – Conselho Municipal de acompanhamento e Controle Social do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação tem por objetivos acompanhar e controlar a distribuição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDEB; Supervisionar a realização do Censo Escolar; Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação; Instruir, com parecer, as prestações de contas dos recursos do FUNDEB a serem apresentadas ao respectivo Tribunal de Contas; Acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA), verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados, responsabilizando-se pelo recebimento e análise da prestação de contas desses programas, encaminhando ao FNDE o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira;

Considerando a Lei Municipal nº 4886/2015 em sua meta 22 que reza a obrigatoriedade de publicar as ações do Conselho CACS-FUNDEB - sobre as atividades desenvolvidas - no Diário Oficial, esse Conselho apresenta as ações realizadas pelo Conselho no período de julho de 2015 a dezembro de 2016 nos seguintes termos, por ordem cronológica:

### **APONTAMENTOS DURANTE A ANÁLISE DAS CONTAS E AÇÕES REALIZADAS**

- Análise mensal das despesas com a Educação;
- Estudo do Plano Municipal da Educação Lei 4886/2015;
- Solicitação de esclarecimentos sobre o impacto financeiro da mudança do plano de carreira dos profissionais do magistério QUADRO 02, o qual foi aprovado pelo Plano Municipal da Educação sem o impacto financeiro;
- Solicitação de esclarecimentos referente às despesas com formação de professores. De acordo com a Meta 23 da Lei Municipal 4886/2015;
- Envio de solicitação de esclarecimentos à Secretaria Municipal da Educação e demais órgãos competentes devido à aprovação do Plano Municipal da Educação, com matéria que implicará a utilização dos recursos financeiros e sem a devida análise do impacto financeiro;
- Identificação de falta de transparência das ações do Conselho e disponibilização pública de toda a documentação referente ao CACS FUNDEB (atas e documentos enviados e recebidos pelo CACS-FUNDEB) nos meios eletrônicos (no Portal da Educação do município de Rio Claro) de divulgação para a população;
- Identificação de falta de acesso aos dados financeiros da prefeitura para acompanhamento pelo Conselho e solicitação para que os dados financeiros da educação sejam disponibilizados por meio eletrônico – O Conselho não foi atendido nesta solicitação;
- Identificação de irregularidades na aprovação do Plano Municipal da Educação, Lei 4886/2015, pois não foi apresentado o impacto financeiro;
- Solicitação à assessoria jurídica para representação junto ao Ministério Público quanto à aprovação da Lei 4886 de 23 de junho de 2015, o plano Municipal de Educação, sem apresentação do impacto financeiro. Recebemos respostas pelo memorando 115/2015 da Secretaria Municipal de Educação com anexo de um documento da procuradoria geral do município de Rio Claro, informando que não poderá realizar a denúncia por ser servidor do município;
- Solicitação e divulgação do contrato com transporte escolar no Portal da Educação;
- Reprovação das contas referentes à utilização dos recursos do FUNDEB devido à falta de documentos não encaminhados ao Conselho para a conferência das contas;

- Identificação de pagamento de juros e multas de telefonia e energia elétrica com recursos do FUNDEB;
- Reunião com o Diretor financeiro para esclarecimentos sobre as despesas com as contas telefônicas e elétricas pagas com atraso e que geram juros pagos com recursos do FUNDEB - o que é vedado pela legislação. (o Diretor financeiro propôs algumas alternativas junto ao departamento de finanças da Prefeitura, o que não foi atendido);
- Identificação de demonstrativos de telefonia incompletos e solicitação ao Departamento Financeiro de cópia, na íntegra, das páginas do demonstrativo de juros e multas de contas telefônicas, pois esses demonstrativos estavam sendo encaminhados faltando algumas páginas, o que impedia a conferência das contas;
- Solicitação de estorno das contas do Fundo das despesas com pagamento de juros e multas bem como o ressarcimento de todos esses valores que foram custeados com esse recurso;
- Identificação de pagamento de energia elétrica do espaço do clube dos bancários que atende o “Projeto Presença Esperança”, “Brincando e Aprendendo”, e solicitação da retirada dessa despesa paga com recursos do FUNDEB, pois se trata de um prédio cedido sem a formalização do uso do espaço o que impede a utilização dos recursos para o custeio com as despesas desse prédio. Até que a situação do contrato seja regularizada. Solicitação do reembolso do pagamento da despesa com energia elétrica nas contas do fundo;
- Identificação de documentos desnecessários para a apreciação de contas pelo Conselho. Solicitação do envio de apenas os documentos referentes aos gastos com recursos do fundo e documentos referentes a gastos da educação e a reorganização dos documentos encaminhados para análise, suprimindo os documentos enviados que não dizem respeito à educação, economizando recursos;
- Elucidação e envio de solicitação para cumprir o PME (lei 4886/2015 – Plano Municipal da Educação) no que se refere aos projetos que serão votados pela Câmara e que trarão gastos à Secretaria da Educação e que não foram apreciados pelos educadores. (Atendido o pedido);
- Solicitação da disponibilização de informação acerca do convênio referente à municipalização e o reembolso feito pelo Estado aos professores e funcionários conveniados com o objetivo de analisar mensalmente as folhas. (o atendimento a essa solicitação só foi realizado em fevereiro de 2017);
- Leitura dos convênios de transporte e merenda escolar e disponibilização pública dos contratos no link do FUNDEB no portal da educação <http://www.educacaorc.com.br/?r=biblioteca&classificacao=6000004> para conhecimento de todos;
- Foi negada ao Conselho a participação de professores nas reuniões do CACS-FUNDEB com a alegação que não há recursos financeiros para custear professores eventuais;
- Mudança de horário das reuniões ordinárias para que todos os conselheiros possam participar, a Sra. Secretária foi convidada para alguns esclarecimentos e os conselheiros deliberaram pela necessidade de um apontamento jurídico referente a participação dos profissionais da educação nas reuniões do Conselho em horário de trabalho e a sua dispensa;
- Criação de planilha para lançamento das despesas de telefonia e energia elétrica para controlá-las de modo mais minucioso, além de acompanhar o desperdício, o que também possibilitou identificar demonstrativos de despesas que não poderiam ser custeados pelo recurso do FUNDEB e dos pagamentos de juros e multas que estavam sendo lançados de forma irregular;
- Realização de estudo do Regimento Interno do CACS-FUNDEB e sua adequação à legislação vigente;
- Identificação de Conselheiros em situação irregular de acordo com a legislação vigente, o que possibilitou novas eleições para professores e a troca do membro indicado pelo governo da vice-presidência, o que é impedido pela legislação que normatiza o CACS-FUNDEB;
- Discussão a respeito da Meta 17 do Plano Municipal da Educação, referente ao Quadro 02 e sua inclusão no Plano de Carreira e Vencimentos e envio de solicitação à Secretária da Educação para adequar os professores do Quadro 02 à Lei do Plano Municipal da Educação;
- Reorganização da conferência das contas utilizando a comparação do espelho da folha de pagamento com

os boletins de frequência enviados à Secretaria para a realização do pagamento de salários dos servidores da educação – até o momento era realizada por amostragem, a partir dessa reorganização todos os pagamentos são conferidos, de todas as escolas;

- Identificação de servidores sendo custeados pela verba do fundo e que estão afastados de seus cargos prestando serviços em outros locais: sindicato e secretaria de esporte. Solicitação de retirada da folha de pagamento da educação;

- Encaminhamento de informação à Presidência da Câmara Municipal, além de demais autoridades ressaltando que o Conselho deve supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual. Indicando que o conselho não recebeu comunicado sobre agenda de discussões e elaboração do plano orçamentário pelo poder executivo, o que impediu a supervisão deste aspecto pelo Conselho;

- Identificação e apontamento as autoridades competentes da incongruência entre o valor das verbas de repasses com as aplicações financeiras. Essas não estão sendo transferidas para a conta investimento e estão sendo utilizadas sem apresentação de recibos que comprovem onde estão sendo utilizadas, causando prejuízos de investimentos;

- Identificação de servidores municipais da educação afastados pelo Instituto de Previdência Municipal (IPRC) sendo custeados com os recursos do FUNDEB; Solicitação de parecer jurídico referente a esse problema; (sem sucesso);

- Convocação do Sr. Japyr de Andrade Pimentel, secretário de finanças, para comparecer à reunião e esclarecer os questionamentos do repasse ao IPRC. (sem sucesso);

- Convocação da presença da Sra. Rosa do Carmo Bortoloti de Freitas, responsável pelo Departamento Financeiro, para junto com o Sr. Japyr, esclarecerem as questões supracitadas;

- Formação de subcomissões para agilizar as conferências das contas;

- Solicitação da utilização do espaço da Casa dos Conselhos, para realização das reuniões do CACS-FUNDEB a fim de aproveitar a infraestrutura administrativa – sem sucesso;

- Identificação de lançamento de bloqueio judicial no extrato bancário do Fundo e solicitação do reembolso;

- Identificação pelo conselho de lançamento no holerite dos servidores da educação (pagamento das férias no último dia útil de 2015 e o não pagamento na data do quinto dia útil aos servidores) e solicitação de esclarecimentos à Secretária da Educação sobre a falta de pagamento das férias aos servidores da Educação na data correta;

- Identificação de atrasos no pagamento da primeira parcela do décimo terceiro aos servidores da educação, principalmente no segundo semestre. Há lançamento dessa parcela no holerite e não há o pagamento do servidor. Solicitação de informações, esclarecimentos e providências a setores da administração pública quanto ao atraso no pagamento das férias de professores no mês de janeiro de 2016 e do atraso de pagamento da 1ª parcela do décimo terceiro salário no mês de aniversário de alguns professores no 2º semestre de 2015.

- Solicitação ao SINDIMUNI – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais - de tomada de decisão legal, referente ao atraso das férias dos servidores públicos municipais, uma vez que o Conselho não possui assessoria jurídica e nem verba para contratação;

- Socialização pela secretária do Conselho das dificuldades para realizar as responsabilidades e tarefas referentes ao conselho devido ao acúmulo de trabalho com as suas funções do cargo de servidora pública. Solicitação de um professor readaptado para contribuir com os registros necessários do FUNDEB – solicitação negada;

- Identificação de pagamento de energia elétrica de prédio que não atende a educação básica o que é vedado - Av 40,1100- Vila Saibreiro- Rio Claro (Barracão do Catalão) e solicitação de reembolso;

- Análise dos extratos bancários da conta do FUNDEB agência 172-4, conta corrente 49058-x, PM Rio Claro - FEB, observando os repasses, as retiradas e os rendimentos das movimentações dessas contas, e

encaminhamento de ofícios à Secretaria de Educação e Secretaria de Finanças para que expliquem as movimentações apresentadas sem os devidos comprovantes;

- Discussão e análise sobre o contrato firmado entre o poder público municipal de Rio Claro com a empresa Rápido São Paulo, e as incongruências encontradas no contrato, das ações que poderiam ser tomadas, e de como o COMERC – Conselho Municipal da Educação de Rio Claro – está analisando a situação. Surgiram dúvidas com relação à legalidade do pagamento do transporte aos alunos do Estado. Os auditores do Tribunal de Contas consideraram dentro da legalidade por existir um convênio. O Conselho optou por apontar como indícios de irregularidades nos pareceres trimestrais até o parecer do Tribunal de Contas;

- Socialização das informações prestadas pelo departamento de finanças da Prefeitura Municipal (dúvidas com relação ao extrato bancário, contas de luz e telefone em atraso e o fato do dinheiro do fundo não ser depositado na conta investimento assim que depositado. Verificou-se que há retiradas desse dinheiro para posterior ressarcimento); ficou acordado que o jurídico da prefeitura responderia esses questionamentos – sem sucesso;

- Informação ao setor de finanças sobre o problema das contas de luz e telefone pagas com atraso: as multas, como estão embutidas nas contas, até o momento estavam sendo pagas com recursos do fundo. Há a necessidade do ressarcimento por parte da prefeitura, ao fundo. Esse problema era desconhecido pelo departamento;

- Identificação de dificuldade para preencher a avaliação do SIGECON do PNATE – transporte escolar - falta de informações sobre o serviço;

- Identificação de irregularidades com relação às verbas do PEJA – Educação de Jovens e Adultos - compra de um fogão para uma escola que não tem a modalidade de ensino. Denúncia da irregularidade com relação às verbas do PEJA ao FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;

- Preocupação com os excessos de faltas em reuniões deste conselho. Protocolou-se solicitação de novas eleições (pais de alunos). Novas eleições para preenchimento de representantes de diretores de escola e representantes de pais;

- Consulta referentes ao pagamento do auxílio doença no FNDE e no Tribunal de Contas. Identificada a irregularidade e os valores pagos solicitou-se reembolso. De acordo com o Tribunal de Contas o Conselho só poderá solicitar o reembolso aos cofres do FUNDEB dos valores do último ano;

- Participação na prestação de contas efetuada pelo chefe do executivo;

- Perda de programa para formação de Conselheiros pelo FNDE (não foi feita adesão, motivo transição de governo);

- Participação de Conselheiros em curso oferecido pelo Tribunal de contas;

- Recebimento de denúncia relativa ao transporte escolar por Diretor da rede Municipal – será utilizada essa informação na avaliação do PNAT no ano de 2017;

- Reprovação das contas nos pareceres trimestrais com a justificativa dos itens acima. Todos os pareceres poderão ser encontrados no site: <http://www.educacaorc.com.br/?r=biblioteca&classificacao=6000004>;

- Todos os reembolsos solicitados não foram atendidos.

Rio Claro, 08 de junho de 2017.

**Rosemeire Marques Ribeiro Archangelo**  
**Presidente do CACS-FUNDEB 2015/ 2017**

## ELEITOS PARA CACS-FUNDEB- 2017 a 2019

### TITULARES

<b>CONSELHEIRO</b>	<b>REPRESENTAÇÃO</b>
Rebeca Possobom Arnosti de Moraes	Professores da Educação Básica Pública
	Poder Executivo Municipal
	Poder Executivo Municipal
Camila Cilene Zanfelice	Conselho Municipal de Educação -COMERC
Lilian Silva de Lucas de Souza	Pais de Alunos da Educação Básica Pública
Brian de Souza Pinto	Pais de Alunos da Educação Básica Pública
Mariangela Polacchini Zanella	Diretores das Escolas Básicas Públicas
Ramona Vieira Lemos de Alcântara	Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas
	Estudantes da Educação Básica Pública
	Estudantes da Educação Básica Pública
Rafael Gustavo de Almeida	Conselho Tutelar

Ressalva:

- Aguardamos indicação dos representantes do Poder Executivo Municipal
- Será feita nova eleição para os representantes de Estudantes da Educação Básica Pública

### SUPLENTES

<b>CONSELHEIRO</b>	<b>REPRESENTAÇÃO</b>
Leandro Generoso Lopes	Professores da Educação Básica Pública
	Poder Executivo Municipal
	Poder Executivo Municipal
Sandra Helena Tinós	Conselho Municipal de Educação -COMERC
Ed Carlos Porfírio da Silva	Pais de Alunos da Educação Básica Pública
Luciana Bianco da Silva	Pais de Alunos da Educação Básica Pública
Carla Andréa Brande	Diretores das Escolas Básicas Públicas
	Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas
	Estudantes da Educação Básica Pública
	Estudantes da Educação Básica Pública
Leonardo Manoel Alves	Conselho Tutelar

Ressalva:

- Aguardamos indicação dos representantes do Poder Executivo Municipal
- Será feita nova eleição para os representantes de Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Básicas Públicas e Estudantes da Educação Básica Pública